

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº....., DE 2015 (Do Deputado Federal Jorge Solla)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes sobre o Fundo da Marinha Mercante.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50, §2º da Constituição Federal combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado dos Transportes informações referentes ao Fundo da Marinha Mercante, mais especificamente aos projetos de construção, ampliação e modernização de plantas industriais de estaleiros e construção de embarcações aprovados no período 2003-2014, são elas:

1. A relação de empresas que tiveram projetos aprovados pelo Fundo;
2. A relação dos projetos aprovados pelo Fundo com recorte por empresa;
3. A relação dos valores dos projetos aprovados, com recorte por empresa e por projeto;
4. A relação de valores financeiros efetivamente liberados para cada uma das empresas, com recorte por projeto e
5. As datas referentes a aprovação dos projetos e a liberação de cada uma das parcelas do financiamento com recorte por empresa e por projeto.

Este requerimento de informação tem por objetivo viabilizar a realização dos trabalhos parlamentares referentes à fiscalização contábil, financeira,

orçamentária, operacional e patrimonial da União, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

JUSTIFICAÇÃO

Está em funcionamento, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a Subcomissão Especial para debater com profundidade os impactos e efeitos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego no Brasil e os riscos de esmagamento das maiores empresas nacionais de engenharia.

Preocupa-nos, para além da necessária responsabilização e punição dos envolvidos em atos de corrupção, a manutenção dos empregos e a quebra das maiores empresas de engenharia do País, o que afeta a sociedade como um todo. Nesse cenário, as grandes obras seriam executadas por empresas estrangeiras ou sem expertise, com sérias consequências para a economia nacional. O País todo perde.

Menos de um ano atrás, em agosto de 2014, festejava-se a expectativa da conclusão de quatro novos estaleiros no Brasil: Oceana (Santa Catarina), EBR (Rio Grande do Sul), Jurong Aracruz (Espírito Santo) e Enseada (Bahia). Com eles, segundo o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), o setor naval passaria a contar com mais de 40 estaleiros distribuídos de norte a sul do país e ainda havia mais empreendimentos em fase de instalação.

Esse cenário promissor para a indústria naval, com construção de novos estaleiros, assim como a ampliação e modernização dos já construídos, resultaram dos investimentos que reergueram o parque naval brasileiro nos

últimos anos para atender à demanda da Petrobras por plataformas, embarcações e equipamentos necessários à exploração do petróleo do pré-sal e para permitir o escoamento da crescente produção agrícola. O setor buscava então conquistar tecnologia de ponta, qualificação de mão-de-obra e aumento da produtividade para se tornar competitivo no mercado mundial.

Em novembro de 2014, o cenário otimista da indústria da construção naval brasileira muda por completo, com atrasos sucessivos nos pagamentos pela empresa Sete Brasil. Envolvida na Operação Lava Jato, que investiga desvios e corrupção na Petrobras, a Sete Brasil, que encomendou 28 sondas a cinco grandes estaleiros, entra em crise, arrastando junto investimentos milionários e milhares de empregos. Até fevereiro de 2015, a empresa somava dívidas de US\$ 850 milhões com os estaleiros.

Vários destes estaleiros foram apoiados via Fundo da Marinha Mercante (FMM). Para citar apenas o caso da Enseada Indústria Naval S.A., espera-se a liberação do financiamento do FMM no montante de R\$ 600 milhões, aprovados mas até o momento não repassados.

Para que os trabalhos da Subcomissão Especial cheguem à conclusões fundamentadas, faz-se necessário a requisição de documentos e informações dos órgãos governamentais e instituições públicas. Esta é a finalidade do presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2015.

Deputado **JORGE SOLLÁ**